

ATA N.º 07/2014:

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2014:

No dia vinte e sete de março de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores Maria da Natividade Charneca Coelho, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Palmela e a Parque Escolar EPE – Escola Secundária de Pinhal Novo

PONTO 2 – Prestação de Contas 2013

PONTO 3 – Parecer prévio vinculativo com vista à celebração de um contrato de prestação de serviços no âmbito da medicina do trabalho

PONTO 4 – Palmela Desporto E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2013

RETIRADA do PONTO 4 DA ORDEM DO DIA – Palmela Desporto, E.M. - Relatório e Prestação de Contas 2013

O **Sr. Presidente** cumprimenta o executivo camarário, jornalistas, dirigentes e trabalhadores presentes.

Refere que esta reunião não tem o Período Antes da Ordem do Dia, nem o Período destinado ao Público por ser extraordinária, facto pelo qual vai imediatamente dar início à Ordem do Dia.

RETIRADA DO PONTO 4 DA ORDEM DO DIA:

O **Sr. Presidente propõe** a retirada do Ponto 4 da Ordem do Dia:

PONTO 4 – Palmela Desporto E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2013

Aprovado, por unanimidade, retirar o Ponto 4 da Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Palmela e a Parque Escolar EPE – Escola Secundária de Pinhal Novo.

PROPOSTA N.º GAP 01_07-14.

«Considerando que a Parque Escolar E.P.E., promoveu a empreitada para a requalificação da Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Pinhal Novo;

Considerando que a empreitada da requalificação acima referida se encontra suspensa desde 5 de dezembro de 2011;

Considerando que as partes em presença – Câmara Municipal de Palmela e Parque Escolar, E.P.E. –, entendem que é urgente a retoma dos trabalhos então interrompidos;

Atendendo a que se irá sedear naquele estabelecimento de ensino, toda a logística relativa à realização do Campeonato da Europa de Orientação e Campeonato da Europa de Orientação de Precisão – EOC – ETOC 2014;

Compreendendo a necessidade de no imediato promover as condições de acesso ao espaço já mencionado, ainda que seja uma intervenção provisória;

Atendendo à necessidade de proceder à alteração da entrada da referida escola, de modo a garantir as condições de acessibilidade e segurança do espaço público envolvente e as diversas alterações ao nível dos arranjos exteriores e estacionamento.

Propõe-se, nos termos do disposto na alínea r) do n.º 1 do art.º 33, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação de minuta de Protocolo de Colaboração que se junta em anexo e que é parte integrante da presente proposta.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
ORGANIZACIONAL

Relativamente à **Prestação de Contas 2013**, transcreve-se na íntegra a Introdução que faz parte integrante do documento, e que o **Sr. Presidente** passa a ler:

«O Orçamento para 2013 e as Grandes Opções do Plano tiveram implementação num quadro de profunda crise económica e financeira, cuja gravidade ultrapassou largamente as previsões oficiais, com efeitos em todos os domínios da vida nacional.

A redução para níveis mínimos da atividade produtiva, o aumento do desemprego e da pobreza geraram novas necessidades e ensombraram as perspetivas de desenvolvimento da economia local, adiando projetos e investimentos fundamentais para o progresso e bem-estar dos nossos cidadãos.

Num contexto de fortes limitações políticas e financeiras à autonomia do poder local, o município de Palmela foi confrontado com a necessidade de prosseguir uma gestão de grande contenção, redefinindo prioridades de investimento e de ações, de acordo com os recursos financeiro, humanos e materiais disponíveis.

Honrar os seus compromissos e reduzir encargos financeiros permanentes e, por outro lado, garantir os meios necessários à prestação de serviços públicos essenciais ao cumprimento das suas atribuições e competências foram os objetivos que presidiram a este ano económico.

Os resultados alcançados vieram confirmar a justeza das opções e prioridades, ainda que alguns dos seus reflexos tenham apenas visibilidade ao longo de 2014, designadamente com a conclusão de algumas obras plurianuais e alguma disponibilidade financeira para novos investimentos e para retomar outros, adiados mas igualmente necessários.

A reforma administrativa autárquica, no que se refere à lei das atribuições e competências, a obrigatoriedade de redução do número de trabalhadores e do quadro dirigente obrigaram a um enorme esforço de reorganização interna, cujas dificuldades só foram superadas pela grande capacidade de trabalho, disponibilidade e dedicação do coletivo de homens e mulheres da Câmara Municipal de Palmela, a quem é justo deixar uma palavra de apreço e reconhecimento, no fecho deste ciclo.

De igual forma se valoriza e sublinha a ligação forte e permanente dos parceiros locais, dos agentes económicos, sociais e culturais que mantiveram a confiança na relação de trabalho e cooperação com a Câmara Municipal.

O final do ano marca o início de um novo ciclo deste projeto que, herdando um valioso capital de trabalho e experiência, se lançará em novas etapas do desenvolvimento e progresso do concelho de Palmela.

QUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Uma das principais linhas de orientação no plano interno consistiu na adoção de medidas de simplificação de procedimentos, desburocratização e desmaterialização de processos de forma a tornar mais céleres as respostas e a facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços municipais.

Neste sentido, e a par da implementação do Sistema Integrado de Documentos e Atendimento Municipal (SIDAM), que veio contribuir para a melhoria da circulação interna e despacho de processos e informações, foram alargados os serviços online, desenvolvido um projeto piloto de gestão de reclamações e implementados o Sistema de Indústria Responsável e o Licenciamento Zero.

O atendimento municipal conheceu novas etapas do seu crescimento e consolidação, assentes na qualificação e formação dos seus trabalhadores - reforço de conhecimentos técnicos e competências interpessoais – e melhoria dos procedimentos internos no sentido da agilização das respostas aos munícipes.

Em 2013, registaram-se 70.617 atendimentos.

A autarquia investiu, por outro lado, na formação interna dos seus quadros, fomentando a aquisição de novas competências, a requalificação ou readequação a novas tarefas, face às restrições de novos recrutamentos e à necessidade de trabalhadores com competências específicas. Em 2013, registaram-se 30 casos de mobilidade entre serviços.

Em dezembro de 2013, a Câmara registava um total de 933 trabalhadores, o número mais baixo de trabalhadores, desde 2004, dos quais 51% exercem funções nas áreas operacionais.

DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO, SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO

Centrada no objetivo de garantir prioritariamente todas as suas atribuições no domínio da Educação, a Câmara Municipal dirigiu parte significativa dos seus recursos para os transportes escolares, o programa de alimentação escolar, a ação social – suportes fundamentais para as famílias em tempo de grandes dificuldades - e a conservação e manutenção das escolas.

O transporte escolar foi assegurado a mais de 2.500 alunos, mantendo a autarquia a decisão de o garantir aos alunos que residem a mais de dois quilómetros do estabelecimento de ensino, apesar da lei fixar em quatro quilómetros a distância para o transporte obrigatório. O esforço financeiro de mais um milhão de euros foi participado pela administração central em cerca de 120 mil euros.

De igual forma, foram garantidas, diariamente, através do programa de alimentação escolar, 3000 refeições, o que significa que 94% das crianças e alunos da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico almoçaram nos refeitórios escolares do concelho. No ano letivo 2012/2013, 1334 crianças beneficiaram de uma refeição diária gratuita. De mais de meio milhão de euros investidos pela autarquia, coube ao Ministério da Educação uma comparticipação de 129 mil euros e às famílias não beneficiárias da ação social escolar uma comparticipação de 324 mil euros.

O parque escolar foi objeto de diversas obras de manutenção e beneficiação que abrangeram a generalidade dos estabelecimentos de ensino, onde a autarquia garantiu também as despesas de funcionamento, num total de 842 mil euros. Recorde-se que o município transferiu cerca de 306 mil euros para as juntas de freguesia, destinados aos trabalhos de conservação e reparação das escolas do 1º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar.

No domínio cultural, a Câmara Municipal reforçou o trabalho de parceria e de acolhimento de projetos e iniciativas da comunidade e de produtores independentes, das mais diversificadas expressões artísticas, apoiando fundamentalmente no plano logístico e técnico, face à redução de recursos materiais e humanos. Foi possível, desta forma, manter uma programação diversificada e de qualidade nos equipamentos municipais, com particular destaque para o Cine Teatro S. João, que registou, ao longo do ano, mais de 28.600 presenças, em 258 ações.

Merece ainda destaque a diversidade de iniciativas e festas populares levadas a cabo pelo movimento associativo em parceria com a Câmara Municipal e a consolidação da rua como espaço de manifestação cultural e de reunião das comunidades.

Em 2013, foi retomada a atividade na Casa de Expressões Fantasiarte e iniciada a utilização do Centro Comunitário de Águas de Moura (antigo quartel dos Bombeiros) como espaço de acolhimento e de trabalho do movimento associativo e de outras estruturas sociais.

Os programas de desenvolvimento desportivo e projetos municipais – atletismo, basquetebol, ciclismo, ginástica, judo, +60, 50+, Viver Melhor, Viver com autonomia, Mexa-se em Palmela e Jogos Desportivos Escolares - dinamizados em parceria com o movimento associativo, as escolas e os clubes desportivos, movimentaram 7.378 praticantes regulares, abrangendo todas as idades.

Continua a confirmar-se uma tendência para a prática de desportos e atividades físicas ao ar livre e em grupo, aproveitando as excelentes condições naturais do nosso território para estas modalidades.

A Câmara Municipal continuou a garantir o apoio a clubes e associações, designadamente através da utilização das instalações da Palmela Desporto, de transportes e logística para as suas atividades.

QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

No capítulo da proteção civil, foram concluídos os trabalhos de revisão de todos os Planos de Segurança Internos das escolas do concelho, num trabalho que reuniu técnicos do município e representantes das direções dos agrupamentos escolares.

No que concerne aos apoios às associações de bombeiros voluntários do concelho, foi paga a última tranche da comparticipação da Câmara Municipal na construção do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Águas de Moura, no valor de 93 mil euros. Dos apoios concedidos em 2013, num total de 400 mil euros, 77% destinaram-se à atividade.

Em 2013, foi também concluída a construção do Quartel do Destacamento Territorial de Palmela da GNR, um investimento financiado pela administração central, mas cuja obra decorreu sob a responsabilidade e fiscalização da Câmara Municipal que adquiriu o terreno para o efeito.

No âmbito do projeto de Recuperação e Revitalização do Centro Histórico de Palmela, foi concluída a empreitada de refuncionalização dos sanitários do Parque Venâncio Ribeiro da Costa, permitindo a abertura de um novo equipamento, que passou a designar-se MOJU – Movimento Juvenil de Palmela, cuja gestão das atividades pertence ao Grupo 40 de Palmela - Associação de Escoteiros e à associação juvenil AJITAR. A empreitada de construção do Espaço Cidadão, também iniciada, sofreu várias vicissitudes relacionadas com a empresa adjudicatária, prevendo-se para 2014 retomar a obra em condições normais. Ainda no âmbito deste projeto financiado pelo QREN, foi concluída a requalificação das galerias da Praça de Armas e dos espaços museológicos do Castelo.

Perseguindo o objetivo de dinamizar a revitalização do Centro Histórico, a Câmara manteve, entre outros incentivos, a redução do IMI para prédios naquela área da vila de Palmela. Foram aprovados, neste âmbito, reduções relativas a 673 pedidos.

No que respeita à gestão do território, assumiu-se como objetivo central a melhoria dos serviços prestados aos munícipes e a qualificação do espaço público, como forma de defesa do ambiente e promoção de quotidiano mais seguro e saudável.

Nesse sentido, e tendo em conta os grandes constrangimentos financeiros com que nos confrontamos, foram concretizadas cerca de um milhar de intervenções por administração direta, a maioria das quais no domínio da rede viária, águas e saneamento e gestão dos espaços verdes.

Foram ampliadas e remodeladas redes de abastecimento de água e executados novos ramais de águas residuais domésticas e pluviais.

A autarquia manteve a preocupação de garantir não só a qualidade da água, mas também de fixar taxas e tarifas socialmente justas, continuando a figurar entre os municípios que menos cobram pelo preço da água.

É de destacar, também, o grande esforço no sentido da poupança de energia em espaço público, com um conjunto de medidas, designadamente, a substituição de lâmpadas de mercúrio por vapor de sódio, na freguesia de Palmela e Pinhal Novo (num total de 941 unidades), e o desligamento de focos de iluminação pública em espaços não habitados (Vila Amélia, Val'Flores) e na instalação de nova tecnologia, de controlo eletrónico, na totalidade dos postos de transformação com iluminação pública associada, e fixação de novos horários, em sintonia com o crepúsculo solar.

Foram iniciadas obras importantes como a empreitada de beneficiação da estrada que liga o caminho municipal 1029 e a circular norte à Autoeuropa e a construção da ciclovía em Pinhal Novo. Concluídas estão as empreitadas de drenagem e pavimentação da Estrada dos Carvalhos e as infraestruturas do Poceirão (rede de águas pluviais, domésticas e remodelação de rede de abastecimento de água), entre outros investimentos.

No domínio da higiene urbana e salubridade, desenvolveu-se um conjunto de ações com o objetivo de contribuir para melhorar a qualidade do serviço prestado à população. Entre elas, merece especial referência a remoção diária de resíduos sólidos urbanos e a recolha nas unidades económica (192 empresas) e a remoção de monstros domésticos e resíduos verdes em todo o concelho.

O serviço de recolha de resíduos urbanos abrange todo o concelho e é constituído por 19 circuitos distintos, sendo 15 efetuados por administração direta e 4 realizados com recurso a uma empresa prestadora deste tipo de serviço, e um circuito para unidades económicas. No ano em análise, os serviços camarários recolheram cerca de 17.004 toneladas de resíduos indiferenciados, depositados nos contentores localizados na via pública.

A varredura manual é assegurada diariamente em Palmela (vila), Aires e Pinhal Novo. Em Quinta do Anjo, Poceirão e Marateca, é garantida pelas Juntas de Freguesia, ao abrigo do protocolo de delegação de competências.

PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL

Em 2013, definiu-se como objetivo a construção de uma estratégia que alie o apoio e desenvolvimento da economia local e a promoção dos produtos locais de qualidade à oferta turística, nos seus diversos domínios, capitalizando a experiência enriquecedora do programa "Palmela, Cidade Europeia do Vinho, 2012".

Uma forte aposta na promoção de Palmela como região vitivinícola de excelência teve expressão em iniciativas dinamizadas ou apoiadas pela autarquia no concelho, mas também no país e no estrangeiro, e na participação nas redes e associações do sector.

A Câmara Municipal prestou particular acompanhamento ao projeto da Rota dos Vinhos da Península de Setúbal e ao funcionamento da Casa Mãe, que se consolidou como espaço

privilegiado de venda e divulgação dos nossos vinhos – em 2013, foram registados 33 mil visitantes.

Iniciativas emblemáticas de promoção dos produtos locais e do mundo rural contaram com o apoio e a participação da autarquia, designadamente, o Festival do Queijo, Pão e Vinho, a Mostra de Vinhos de Fernando Pó, a Feira Comercial e Agrícola de Poceirão e a Festa das Vindimas.

A Campanha "Palmela Conquista", as iniciativas de valorização da gastronomia e promoção dos vinhos da região e o Palmela Tourist Card contribuíram para reforçar a notoriedade de Palmela, aumentando o fluxo turístico, a procura de estabelecimentos comerciais da área da restauração e o número de dormidas nas unidades hoteleiras.

Num período de grandes dificuldades para o comércio local, foram também promovidas iniciativas no sentido de incentivar as compras nos espaços mais tradicionais, designadamente a animação dos mercados municipais e o guia do comércio local por ocasião do Natal.

ANÁLISE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

As receitas arrecadadas, cerca de 43,8 milhões de euros, correspondem ao valor mais elevado do quadriénio 2010-2013 e apresentam uma taxa de execução de 95,3%. Comparativamente a 2010, as receitas aumentaram cerca de 679 mil euros.

Os Impostos Diretos (IMI, IMT, IUC e Derrama sobre o IRC) apresentam um valor de 18,4 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, representando 42,1% do total da receita arrecadada.

O conjunto de Impostos Indiretos apresenta uma evolução positiva (+ 84,8%), em comparação com o valor arrecadado no ano 2012. Este crescimento acontece pelo recebimento de taxas de ocupação de solo e/ou subsolo e de redes municipais.

No capítulo da despesa, foram efetuados pagamentos no valor de 40,6 milhões de euros, menos 1,4 % que no ano transato, dos quais, 18,1 milhões de euros, afetos diretamente às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 86,1%.

Os indicadores de eficácia, medidos tendo em consideração o grau de concretização financeira dos objetivos traçados para um determinado período, melhoram significativamente: a eficácia da concretização da receita passou, de 73,5% para 95,3%, entre os anos de 2010 e 2013; no caso da despesa e para o mesmo período o indicado passou de 73,5%, em 2010, para 86,1%, em 2013.

As despesas com pessoal, relativas a um total de 933 trabalhadores (menos 11 que no ano transato), representam 18,4 milhões de euros, um acréscimo de 12,7% face ao ano anterior. Esta evolução justifica-se com os acréscimos de despesa paga com os subsídios de férias e de natal, encargos com saúde e encargos para a segurança social e caixa geral de aposentações.

Na aquisição de bens de capital, apesar do decréscimo verificado face a 2012 (39%), em resultado do menor volume de obras financiadas pelo QREN (na sua maioria concluídas em 2012) e ainda, em devido à necessidade de reprogramar física e financeiramente alguns investimentos inicialmente previstos para 2013, foram efetuados pagamentos no valor de 3,5 milhões de euros.

A rubrica de Passivos Financeiros regista uma diminuição de 31,4% (um milhão de euros) resultado direto da menor utilização do empréstimo de curto prazo. As amortizações financeiras de empréstimos de médio e longo prazo mantiveram valor idêntico ao de 2012.

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, com pagamentos no valor de 13,4 milhões de euros, inclui 2 milhões de euros de faturação transitada do ano 2012 e pagamento de serviços públicos essenciais - tratamento de águas residuais, tratamento dos resíduos sólidos urbanos, energia elétrica consumida em edifícios, estações de tratamento de águas e iluminação pública, refeições e transportes escolares. O valor global tem um acréscimo de 6,3%.

Na despesa, verifica-se uma consolidação da diminuição registada no ano 2012, em áreas de funcionamento da estrutura, em resultado de novas medidas aplicadas: horas extraordinárias (-27,82%); locação de edifícios (-4,1%); material de escritório e consumíveis (-10,9%); comunicações (-25,1%); encargos com instalações (-6,3%).

Relativamente à iluminação pública foi possível diminuir 3,8% dos pagamentos efetuados face a 2012.

Na rubrica de aquisição de serviços, procedeu-se a um pagamento de mais 733 mil euros aos sistemas multimunicipais, relativamente aos pagamentos efetuados em 2012.

As receitas correntes foram superiores às despesas correntes, dando cumprimento ao princípio do equilíbrio orçamental.

No final de 2013, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 7,6 milhões de euros, cerca 627 mil são consideradas faturas em atraso, estando estabelecidos acordos de pagamentos com os fornecedores Amarsul, SA e Simarsul, SA, no valor de 5,8 milhões de euros. Regista-se assim uma melhoria substancial face aos valores existentes em 2012, que apresentavam um total de 9,8 milhões de euros, dos quais, 5,1 milhões correspondiam a faturas consideradas em atraso.

À mesma data, estavam por receber de dívidas ao município cerca de 2,8 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados não foram fornecidos pela Autoridade Tributária.

As dificuldades sentidas pelo setor empresarial, designadamente, no acesso ao financiamento bancário, refletem-se no conjunto de licenças urbanísticas que ficaram por levantar e, consequentemente, por liquidar, facto que condicionou alguns indicadores e desempenho financeiro do município.”

Seguidamente, o **Sr. Presidente** passa à apresentação da proposta:

PONTO 2 – Prestação de Contas 2013.

PROPOSTA N.º DADO 01_07-14.

«A Prestação de Contas relativa ao ano económico de 2013, documento de execução financeira do Orçamento e Grandes Opções do Plano, continua a refletir as dificuldades económicas e financeiras existentes a nível nacional e local.

Apesar das dificuldades sentidas pelo setor empresarial, designadamente o seu financiamento bancário, que tiveram como consequência, entre outras, a não liquidação de taxas municipais e o não levantamento de licenças urbanísticas, as receitas municipais arrecadadas, no valor de cerca de 43,8 milhões de euros, correspondem ao valor mais elevado no quadriénio 2010-2013, registando uma taxa de execução de 95,3%.

Os Impostos Diretos (IMI, IMT, IUC e Derrama sobre o IRC) apresentam um valor de 18,4 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso (42,1%) do total da receita arrecadada. Em termos absolutos verificou-se um acréscimo de cerca de 2 milhões de euros, relativamente ao ano 2012.

As transferências de capital decrescem 37,9% em resultado de um menor volume de projetos financiados pelo QREN, devido à conclusão, em 2012, de diversos projetos.

Em termos orçamentais, na ótica de caixa, verificou-se uma receita de cerca de 43,8 milhões de euros e uma despesa de cerca de 40,6 milhões de euros, pelo que se obteve um saldo orçamental de cerca de 3,2 milhões de euros a que acresce o saldo transitado de 2012 no valor de cerca de 1,2 milhões de euros, transitando para 2014 um saldo de 4,4 milhões de euros.

No capítulo da despesa foram efetuados pagamentos no valor de 40,6 milhões de euros, menos 1,4% que no ano 2012, dos quais 18,1 milhões de euros afetos diretamente às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 86,1%.

As despesas com pessoal, no valor de 18,4 milhões de euros, sofreram um acréscimo de 12,7% comparativamente com o ano anterior, e remuneraram um total de 933 trabalhadores (menos 11 do que em 2012). Esta evolução justifica-se com os acréscimos de despesa paga com os subsídios de férias e de natal, encargos com saúde e encargos para a segurança social e caixa geral de aposentações.

As despesas de capital-investimentos tiveram um decréscimo de 38,9% (-2,3 milhões de euros) em virtude de menor volume de obras no âmbito do QREN.

A rubrica de Passivos Financeiros inclui a amortização total do valor de 500 mil euros referente à utilização do empréstimo de curto prazo. No global, a amortização de empréstimos teve uma

diminuição de 31,4%, dado que em 2012 utilizaram-se 1,5 milhões de euros do empréstimo de curto prazo que tiveram de ser amortizados ainda nesse ano.

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, com pagamentos no valor de 13,4 milhões de euros, inclui mais de 2 milhões de euros de faturação transitada do ano 2012 e pagamentos de serviços públicos essenciais como seja: tratamento de águas residuais, tratamento dos resíduos sólidos urbanos, energia elétrica consumida em edifícios, estações de tratamento de águas e iluminação pública, refeições e transportes escolares. O valor global tem um acréscimo de 6,3% (+796 mil euros). Esta evolução justifica-se, no essencial, com o aumento dos pagamentos à SIMARSUL, no cumprimento do acordo de pagamentos.

Em 2013 manteve-se a tendência de diminuição das despesas de funcionamento com a estrutura, de que se destaca as seguintes rubricas:

- Locação de edifícios – (- 4,1%);
- Comunicações – (- 25,1%)
- Material de escritório e consumíveis – (- 10,9%)
- Encargos com as instalações – (- 6,3%)
- Iluminação Pública – (- 3,8%)

As receitas correntes foram superiores às despesas correntes no respeito pelo cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental.

No final de 2013, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 7,6 milhões de euros, cerca 627 mil são consideradas faturas em atraso (mais de 90 dias após o prazo de vencimento da fatura), estando estabelecidos acordos de pagamentos com os fornecedores Amarsul, SA e Simarsul, SA, no valor de 5,8 milhões de euros. Estes valores registam uma melhoria substancial face aos existentes em 2012, que apresentavam um total de 9,8 milhões de euros, dos quais, 5,1 milhões correspondiam a faturas consideradas em atraso.

Na mesma data estavam por receber de dívidas ao município cerca de 2,8 milhões de euros que não incluem as receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados não foram fornecidos pela Autoridade Tributária.

Assim, **propõe-se** que:

- Nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do documento de Prestação de Contas do Município, relativo ao ano económico de 2013, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do art.º 27º do mesmo diploma;

- Nos termos do ponto 2.7.3. do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, os resultados líquidos obtidos no exercício económico, sejam transferidos para "Resultados Transitados".»

Sobre a proposta de *Prestação de Contas 2013* numerada *DADO 01_07-14* intervêm:

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** apresenta cumprimentos.

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** considera que o documento ora em apreciação é "*o caminho da consolidação das contas da Autarquia*". Continua a sua intervenção nos seguintes moldes:

. Não é perceptível a referência que se faz à qualidade do documento de *Prestação de Contas 2013* quando se alude à expressão "à semelhança de anos anteriores reduz-se significativamente". Deixa esta interrogação;

. Na Introdução, o Sr. Presidente usa a frase "o encerramento de um ciclo". Opina que esta expressão encerra algumas interpretações. Fica sem entender se a mesma respeita ao encerramento do mandato de quatro anos (2009-2013), ou se faz o alinhamento com a retoma da economia / saída da crise (embora duvide que seja esta situação), ou se é o anúncio de uma mudança de gestão que foi apregoada com a apresentação do Orçamento 2014. Realça que os Vereadores do PS, durante os últimos quatro anos, constataram e disseram-no nas reuniões camarárias que: os Orçamentos aprovados pela maioria em gestão se vinham a revelar na apresentação da Prestação de Contas respeitante a cada um dos anos como documentos de "ficção". Face ao que pergunta, se pode ser criada a expectativa que "o encerramento de um ciclo" pode ser o fim de uma gestão de ficção e de um caminho de não sustentação das contas para se entrar na fase de consolidação das mesmas;

. A análise dos números/dados na *Prestação de Contas 2013*, merece-lhe as seguintes considerações:

. A dotação corrigida do Orçamento é um dado positivo. A receita arrecadada é tomada como uma boa notícia, assim como o grau de execução do Orçamento;

. As transferências de capital apresentam um valor significativo que é explicado com a finalização do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional);

. A receita apresenta o valor mais elevado desde 2010 (praticamente idêntico ao desse ano) e isto muito se deve a alguns dados que nem sequer são surpresa; pois se os Vereadores da oposição (sem serem responsáveis pela gestão) conseguiram prever atempadamente o aumento da receita do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) aquando da discussão do Orçamento, muito lhe apraz registar que aumentam todos os impostos diretos, à exceção da Derrama e do IRC. Os Vereadores Socialistas têm vindo a insistir, desde o decurso do mandato anterior, que as verbas arrecadadas com o IMI estão sempre a aumentar. A este propósito, recorda que aquando da aprovação da

proposta que fixa a taxa do IMI para o ano de 2013 teve o cuidado de, em nome dos Vereadores do PS, sugerir a manutenção das taxas que tinha sido praticada no ano anterior (2012): de 0,4% para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI e de 0,7% para prédios urbanos. Esta tem sido a “luta” do PS. Foi prometido pela Sr.ª Presidente em exercício, nessa altura, que no caso de a receita proveniente do IMI se revelar positiva iria ser reduzida a aplicação desta taxa no futuro. A *Prestação de Contas 2013* vem revelar que a receita se cifra como positiva. É de lamentar, mais uma vez, que no ano transato quando foi discutida a proposta de fixação da taxa do IMI para 2014, a maioria CDU tenha teimado em manter uma taxa elevada e não tenha sido aceite a proposta do PS para a aplicação da taxa para níveis mais reduzidos que, ainda assim, tinha em atenção para não haver nenhum prejuízo para a Autarquia relativamente aos valores que vinha arrecadando em anos anteriores. As projeções dos Vereadores Socialistas, desde 2012, vêm apontando para o comportamento desta receita no ano de 2013 e que, certamente, voltará a repetir-se em 2014. Estranha que não houvesse técnicos na Autarquia, devidamente habilitados, para prever o comportamento do IMI que se vieram a confirmar como reais. Isto é meramente política: os eleitos da CDU usaram de uma “cegueira intencionada” em relação à aplicação da taxa deste imposto – não a baixando – para conseguir os resultados que agora podem ser comprovados. Assim, os Vereadores do PS consideram que foi feito um ataque à classe média à semelhança do que o Governo tem feito nestes últimos três anos;

. Há outros dados completamente surpreendentes: a Câmara Municipal não conseguiu prever o IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis) e o IUC (Imposto Único de Circulação). Até o próprio comportamento da Derrama, em situação de crise, mantém-se relativamente estável, desde 2011;

. Em síntese: os impostos diretos apresentam uma verba superior a mais de 2 milhões de euros face ao que estava orçamentado, e isso deve-se sobretudo ao IMI. Os Vereadores Socialistas vão estar atentos à elaboração dos Orçamentos para os anos seguintes (2015, 2016 e 2017) e à proposta para fixação da taxa do IMI e vão observar qual vai ser o comportamento da gestão camarária por parte da CDU, relativamente às deliberações/decisões que vão tomar e fazer repercutir sobre as famílias, uma vez que estão comprovadas as suas expetativas em relação ao IMI;

. Os impostos indiretos apresentam um número “bastante animador” relacionado com as taxas de ocupação e utilização do solo e/ou subsolo e redes municipais com uma subida espantosa com uma menor expressividade na venda de bens e serviços cobertos;

. No que respeita aos anos anteriores, os Vereadores do PS têm-se mostrado contra o inflacionamento dos Orçamentos. A Prestação de Contas respeitante a cada um dos anos revelava diferenças de 15 a 17 milhões de euros. A *Prestação de Contas 2013* vem repor alguma verdade, na medida em que a diferença de valores é de 3 milhões de euros. Desde 2010 que se verifica uma evolução das receitas. Porque é que a maioria em gestão tem vindo sistematicamente a persistir em Orçamentos inflacionados no cômputo da receita? Só em 2013 é que se apresentam números entre a receita orçamentada e a receita executada próximos da realidade e, ainda assim, há uma *décalage* de 3 milhões de euros. Afinal a Vereação PS teve sempre razão;

. As transferências correntes estiveram acima dos 7 milhões, pelo que não terá sido pela via das transferências provenientes do Orçamento de Estado que a Autarquia tenha sido enormemente prejudicada. Em síntese: a Câmara Municipal de Palmela teve sempre uma autonomia bastante considerável em relação a estas transferências;

. A Vereação PS continua a ter alguma dificuldade em compreender o diferencial de 2 milhões de euros entre a despesa paga e os compromissos assumidos (a despesa paga é de 40,6 milhões de euros e os compromissos assumidos são de 42,6 milhões de euros). Pergunta: a que se deve esta diferença;

. Considera que estão explicados no Orçamento, assim como nas reuniões de Câmara, os desvios entre o previsto e o executado, pelo que nada tem a assinalar;

. Relativamente aos passivos financeiros de médio e longo prazo (sempre acima de 1,5 milhões de euros) deixa expresso que os Vereadores do PS sempre se mostraram contra;

. Há três rácios orçamentais de natureza económica que considera negativos ou necessários de correção numa perspetiva de abertura de um novo ciclo (veja-se página 224 do documento em análise): o aumento do financiamento proveniente dos empréstimos bancários, os investimentos diminuiram sob peso no total das despesas de capital e o acréscimo do peso da amortização dos empréstimos no total das despesas de capital. Opina que qualquer gestão gostaria de inverter estes dados;

. Em relação aos rácios de origem financeira, destaca citando "(...) o serviço da dívida absorveu em 2013 o maior volume de receitas comparativamente aos anos anteriores e o investimento apresenta em 2013 uma descida acentuada na análise do peso das receitas totais arrecadadas pelo Município (...)" e "(...) neste conjunto de rácios há diminuição de investimento por habitante com manutenção do mesmo nível de atividade por habitante aumentando o valor da receita por habitante (...)". É uma conclusão significativa que podem vir a discutir;

- . Ainda no que respeita aos rácios (página 227) – o capital em dívida era, no início do ano, superior a 1 milhão de euros e, a seguir, vem explicada a capacidade de endividamento;
- . O rácio do endividamento para passivo/ativo (página 230) revela que o ativo é financiado em 26% do passivo, sendo os restantes 74% financiados por fundos próprios, o que demonstra uma grande capacidade do Município para assegurar as suas responsabilidades de médio e longo prazo;
- . Gostaria que fosse explicado o que significa “a aplicação de resultados”;
- . Enuncia, seguidamente, algumas das áreas que considera críticas e em que há uma *décalage* entre o discurso político e aquilo que é escrito na *Prestação de Contas* em análise: nas GOP (Grandes Opções do Plano) – Funções sociais, Habitação, Urbanismo, Ordenamento do Território, Saneamento, Rede Viária e Proteção do Meio Ambiente; nas Funções económicas – Comércio e Turismo; nas Outras funções – o Serviço da dívida e os Protocolos de subdelegação de competências nas Juntas de Freguesia. Recorda o resultado líquido negativo que, em 2012, foi de 5 milhões de euros transferidos para resultados transitados.

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** menciona que o sentido de voto dos Vereadores do PS será tomado em função das explicações que forem prestadas.

Acrescenta que os Vereadores do PS têm dificuldade em aceitar a expressão, usada pelo Sr. Presidente, na Introdução “o encerramento de um ciclo”, assim como, o IMI, o Serviço da dívida, as Dívidas a terceiros, a acumulação da dívida à SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A.. Esta última é apresentada na *Prestação de Contas 2013* com um aumento da despesa e uma sobrecarga para a Autarquia. Em suma: o planeamento do pagamento da dívida reflete-se na *Prestação de Contas*.

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** conclui a sua intervenção, fazendo reparo quanto à entrega tardia das propostas aos Vereadores da oposição.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que, na sua ótica e do ponto de vista da perceção, a *Prestação de Contas 2013* espelha a realidade do Município. É notório que a sua elaboração é trabalhosa. Quer deixar registado o seu reconhecimento a quem coordenou e executou este trabalho! O documento em apreciação é de perceção muito clara, e é preciso atender a que o ano de 2013 teve $\frac{3}{4}$ do ano com uma Presidente de Câmara (Ana Teresa Vicente Custódio de Sá) e o último $\frac{1}{4}$ do ano com um outro Presidente de Câmara (Álvaro Manuel Balseiro Amaro). Apesar da maioria ser a mesma (CDU), está certo que são diferentes estilos e, provavelmente, na *Prestação de Contas de 2014* vai haver outra homogeneidade.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** observa que, na qualidade de Vereador da oposição, não tem o mesmo acompanhamento da execução do dia-a-dia como tem, naturalmente, a maioria que exerce a gestão e até como o PS que esteve representado na Autarquia no anterior mandato, o que não aconteceu com a Coligação PPD-PSD/CDS-PP que só acompanhou *in loco* o último ¼ do ano civil e económico. Como gosta de seguir as regras começou a sua leitura/análise pelo princípio – a Introdução. Temia o pior, na medida em que a redação começa *"O Orçamento para 2013 e as Grandes Opções do Plano tiveram implementação num quadro de profunda crise económica e financeira, cuja gravidade ultrapassou largamente as previsões oficiais, com efeitos em todos os domínios da vida nacional (...)".* Temeu o pior e pensou: "Isto vai ser uma desgraça! O Sr. Presidente da Câmara vai aproveitar a reunião para justificar a fraca capacidade de execução do Orçamento 2013 e o facto de não ter arrecadado receita, pois ninguém pagou impostos, as receitas diminuíram, as transferências correntes diminuíram...". Esta foi a sua predisposição quando começou a ler a Introdução, e mais pensou: "vou ter de dar a mão à palmatória: que mais posso exigir da maioria? Não têm culpa, porque o dinheiro não chega!" Continuou a leitura do documento e percebeu que, efetivamente, a CDU está sempre em crise, pelo menos até ao dia em que a CDU esteja à frente dos destinos do país! Então deixa de haver crise. Continuou a leitura da Introdução, e verifica que afinal há um acréscimo de 2 milhões de euros nos impostos diretos: IMT, IMI, Derrama, IUC (Imposto Único de Circulação). E mais: é afirmado pelo Sr. Presidente da Câmara que, tendo em atenção o mandato autárquico nos anos de 2010 a 2013, constata-se que o ano de 2013 foi aquele em que o Município arrecadou mais verba por via dos impostos diretos. Afinal 2013 foi um ano de grande arrecadação de receitas: 12% a mais do que a maioria em gestão previu! E o Estado não transferiu nada? A maioria CDU é a própria a afirmar que as transferências por parte da Administração Central somaram o total de 7 milhões 819 mil euros! O que, nesta receita, representa um aumento de 4,7% face ao previsto em sede orçamental e em 6% face ao ano de 2012. São números/dados apresentados pela Autarquia! Isto significa que a capacidade de arrecadação de receita da Câmara Municipal de Palmela, durante o ano de 2013, aumentou. Não foi por falta de dinheiro que deixaram de concretizar determinados investimentos, nem que viram o endividamento aumentar. Enquanto Vereador da Coligação "Palmela Mais" propôs, para o ano de 2014, a diminuição das taxas do IMI e da Derrama. Recorda a proposta por si apresentada, quanto à Derrama, citando-a: *"(...) tendo até como base as próprias estimativas da Câmara Municipal de Palmela para a evolução desta componente de receita, será possível desonerar significativamente as micro e pequenas empresas, mantendo, em simultâneo, a presente tendência de evolução da receita (...)".* A constatação é esta: havia margem para a Autarquia reduzir as taxas do IMI e da Derrama em 2013 e o mesmo sucede para o ano vigente (2014), uma vez que neste ano se assiste à retoma da atividade económica. Aquando da apresentação da sua proposta em representação da Coligação "Palmela Mais", em reunião camarária de 20 de novembro do ano findo, para uma diminuição gradual destes impostos, lembra-se de o Sr. Presidente da Câmara Municipal ter suscitado a pergunta: *"Querem os/as Srs./as Vereadores/as do PS e da Coligação PPD-*

PSD/CDS-PP que a maioria em exercício faça 'cortes' no programa de alimentação escolar ou nos transportes escolares?" Evidentemente que não. Repare-se que a aprovação da proposta por si apresentada não iria surtir esse efeito, porque, relativamente ao programa de alimentação escolar, a *Introdução à Prestação de Contas 2013* vem dar a conhecer que, no ano letivo 2012/2013, foram 1.334 crianças a beneficiar de uma refeição diária gratuita. Refere-se, igualmente, que mais de meio milhão de euros (mais de 500 mil euros) foram investidos pela Autarquia, sendo que ao Ministério da Educação coube uma comparticipação de 129 mil euros e às famílias não beneficiárias de ação social escolar uma comparticipação de 324 mil euros. Assim sendo, o investimento da Câmara Municipal de Palmela, no que concerne ao programa de alimentação escolar, situa-se em apenas 47 mil euros. Esta é a conclusão a que chega! Pelo trabalho que é apresentado e empenhamento dos trabalhadores da Autarquia na elaboração deste documento – *Prestação de Contas 2013* – está em crer que os dados são verdadeiros.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** menciona que a diminuição do peso do investimento no total das despesas de capital, ao longo do ano de 2013, passa a representar 60% das mesmas. Houve uma diminuição comparativamente com o ano de 2012. Apesar de ser arrecadada mais receita, diminuiu-se o investimento! Ao mesmo tempo o capital em dívida aumentou 5,6% face a 2012. Esta é a realidade da Autarquia.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** observa que os números/dados e rácios identificados no documento em apreço ilustram o que o ano de 2013 representou para o Município de Palmela, podendo concluir-se que:

. Cada palmelense, durante o ano de 2013, pagou em média 289,20 euros à Câmara Municipal (um aumento de 10% em relação ao que pagou em 2012). Simultaneamente a retribuição que os palmelenses receberam da Autarquia, em termos de investimento, foi de 53,50 euros/habitante (menos 40% em comparação com o ano de 2012). – Alude à página 224 da *Prestação de Contas 2013*. Esta é a realidade de um relatório que está bem elaborado e é elucidativo do que foi o ano de 2013 para o Município de Palmela.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** acrescenta que é precisamente nas atividades que parecem ser mais importantes para o bem-estar da população, como sejam: a Rede viária, o Ordenamento do território, a Habitação e o Urbanismo, que a capacidade de execução foi menor. Esta é a apreciação que como Vereador da Coligação PPD-PSD/CDS-PP tem a fazer.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** coloca as seguintes perguntas, que gostaria de ver respondidas:

– Há um elevado número de contraordenações arquivadas (587). São 35 processos de responsabilidade civil extracontratual. É um grande aumento comparativamente com 2012. Porquê? O mesmo sucede com os processos de execução fiscal. Tendo em conta o elevado número de assistentes técnicos (somam 51% dos trabalhadores da

Autarquia) devia, em sua opinião, ser feito um maior incremento na formação destes trabalhadores e que surtiria, também, num incentivo para suprir algumas carências que o Sr. Presidente da Câmara tem dado conta. Regista que, no ano de 2013, houve apenas trinta casos de mobilidade nesta classe profissional. Opina que devia haver maior incentivo à formação e à mobilidade dentro desta classe profissional;

– Constata que, sensivelmente, 1/3 das viaturas municipais são viaturas de cinco lugares 46 dum total de 153. Talvez fizesse sentido um outro tipo de viaturas para uma Autarquia com a dimensão como é a deste concelho.

A **Sr.ª Vereadora Cristina Rodrigues** apresenta cumprimentos.

A **Sr.ª Vereadora Cristina Rodrigues** solicita o esclarecimento das seguintes questões:

– Foram acionadas cauções no valor de 733 mil euros. Quais as urbanizações que foram objeto dessas obras? Val'Flores e Monte Novo (Pinhal Novo)?

– A dívida de curto prazo a fornecedores ascende a 8 milhões 186 mil euros (página 228). Este valor em dívida "choca-a de certo modo" quando existe um saldo de gerência que transita de 2012 para 2013 de 4 milhões 412 mil euros, que dava para pagar metade do valor em dívida. Naturalmente são opções, mas gostaria que este ponto fosse comentado. Da página 101 à página 108 do documento em apreciação vêm discriminados os nomes dos fornecedores. Verifica que há dívidas de montante reduzido e, certamente, torna-se bastante difícil que as pessoas individuais ou empresas tenham de aguardar por pagamentos na ordem de 200 euros ou de 1.000 euros. São pequenas empresas. É lamentável uma dívida a fornecedores que se situa em mais de 8 milhões de euros! É dada a justificação de que as verbas respeitantes ao IMI e ao IMT só foram transferidas perto do final do ano, mas levanta-se a questão: as aquisições de bens e/ou serviços aos fornecedores não estavam todas cabimentadas? Não é só no final do ano que se deve 8 milhões de euros... e, a maior parte deles, são pequenos fornecedores!

– Foi entregue uma página para substituir a anteriormente enviada (página 108) e verifica-se a alteração dum valor que era de 8 milhões 423 mil euros e que é corrigido para 8 milhões 296 mil euros. A que se deve esta correção?

– Outra preocupação são as ausências ao serviço ao nível dos recursos humanos sem implementação de nenhuma estratégia para o obviar. Verifica-se:

. Acidentes de trabalho – 3.666 dias

. Doenças profissionais – 4.028 dias

Estas faltas somadas e divididas pelos 365 dias do ano perfazem 21 anos. É uma constatação! É de opinião de que deve ser dada mais atenção a estas

ausências (por acidentes de trabalho/doenças profissionais) para que os resultados possam ser melhorados.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes.

Relativamente à intervenção efetuada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro quanto ao programa de alimentação escolar, o **Sr. Vereador Adilo Costa** situa a página 265 da *Prestação de Contas 2013* e passa a explicar: a Câmara Municipal despendeu de forma repartida 1 milhão 3 mil e 85 euros, sendo que do Ministério da Educação foram transferidos 128 mil 905 euros e a comparticipação das senhas pagas pelas famílias ascende a 324 mil 364 euros. O valor despendido pela Câmara Municipal de Palmela (excluindo o pagamento a assistentes operacionais e a transportes escolares) situa-se num valor superior a 500 mil euros. Isto mesmo consta na Introdução.

Em relação à intervenção feita pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro quanto às execuções fiscais, o **Sr. Vereador Adilo Costa** situa a página 247 da *Prestação de Contas 2013*. Seguidamente, esclarece que nesta página do documento em análise pode-se constatar um conjunto de movimentação de processos que são instaurados, iniciados e concluídos. Nos processos de contraordenação a sistemática é a mesma. Os processos de execução fiscal decorrem num curto espaço de tempo, enquanto os processos de contraordenação sucedem a um período mais alargado. Informa que se encontram arquivados 6.370 processos e foram instaurados 11.015 processos. Quer nos processos de execução fiscal, quer nos processos de contraordenação não há prescrições a registar.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** apresenta cumprimentos.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que vai dedicar a sua análise a inferir sobre a *Prestação de Contas 2013* nas funções sociais, nomeadamente inferindo nas funções económicas, mas sendo a economia uma ciência social, também há uma relação muito direta entre as duas, pois tudo se baseia naquilo que é a vida das pessoas. Neste âmbito, os Vereadores do PS não podem concordar, nem se reveem na justeza de “algumas” opções tomadas pela maioria em gestão neste executivo. Obviamente a Autarquia padece em termos de capacidade financeira à escala do que as famílias padecem. Verifica-se uma redução da atividade e uma incapacidade ou uma falta de capacidade em investir, e depois tenta-se gerir com as opções que se acham serem as melhores possíveis, ou seja, a maioria CDU tenta gerir as verbas disponíveis no sentido da manutenção de alguma atividade. Quanto à atividade suscitam-se dúvidas quanto à existência ou não de processos de monitorização. Explicado de outra forma: Há números/dados que são apresentados na *Prestação de Contas 2013* que o deixam sem saber como se chega a estes resultados, uma vez que desconhece a existência de processos de monitorização. Por exemplo: eventos/exposições que ocorrem em espaços como a Galeria de Santiago, a sala de exposições da Biblioteca Municipal de Palmela ou a ala do Cineteatro S. João, e não existindo na Autarquia nenhum processo de contagem de entradas instituído, suscitam-se dúvidas quanto

aos números constantes no relatório da *Prestação de Contas 2013*. O número de visitantes apresentados para as exposições é de 24.800 pessoas, o que dividido por 365 dias do ano, dá 68 pessoas/dia. Há um desfasamento com a realidade. Não é sua intenção inferir na falsidade dos dados, mas defende que têm de ser realizados ajustes que lhes permitam melhorar os resultados. Não tem a mínima dúvida que, em projetos de cariz social a monitorização e a avaliação tem toda a importância, porque a metodologia tem de estar em constante alteração. Acrescenta que esta questão não está relacionada com o processo de monitorização, mas tem a ver com o processo de implementação de sistemas de monitorização, tanto quantitativos como qualitativos, por meio da realização de inquéritos, entre outros. Repara que as funções sociais foram definidas com poucos valores e diminutas ações, nomeadamente no campo da ação social num ano tão complicado como foi o ano de 2013. A ação social foi abrangida com cerca de 6 mil euros e, mais uma vez, vai ouvir falar da rede social dos parceiros. O facto é que o apoio que existiu para com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), a título comparativo, verifica-se que se despende três vezes mais na Artemrede, no âmbito de um protocolo com teatros associados que trazem a Palmela alguns espetáculos. Estas não seriam as opções do PS! A ocupação do Cineteatro S. João, segundo os dados apresentados, é de praticamente uma ação/dia. Um número “quase” excessivo! Não consegue sentir que, numa altura de crise, haja a necessidade estratégica deste gasto que infere sobre as opções culturais e a riqueza. Caso os Vereadores do PS fossem responsáveis pela gestão nesta Autarquia é certo que tomariam opções diferentes para poder investir.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** continua a sua intervenção, dizendo que o *cartão sénior* tem ativos 51 utentes. Faz a ligação, pela positiva, com outro cartão que a Autarquia lançou denominado *Palmela Tourist Card*. O esforço no lançamento deste cartão, que os Vereadores Socialistas consideram ser uma boa ideia, reverte numa ferramenta essencial para o desenvolvimento do comércio e turismo local. Tenciona dar contributos para o *Palmela Tourist Card* (que poderão ser aceites ou não), no sentido da melhoria e da validação deste cartão. Também nesta área se nota uma falta de capacidade de investimento por parte da Câmara Municipal. A campanha que tentou dar base ao *Palmela Tourist Card* foi feita na *web*, ou seja, é feito num processo de comunicação quase todo ele *online*, face aos custos do investimento em suportes físicos. Estas campanhas não se movem abrindo somente um *site*. Isto funciona em processos de *marketing* e de investimentos que trazem à escala um cartão que até tem o título escrito em inglês. É uma escala que a todos os efeitos pode ser global e terá tanto potencial em Palmela como, por exemplo, na China. São estas opções localizadas que os Vereadores Socialistas não compreendem.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere-se aos apoios financeiros despendidos pela Autarquia, dizendo que o apoio às IPSS, durante o ano de 2013, foi menor do que o prestado pela Câmara Municipal na reunião passada às associações que participam no programa do teatro, e muito menor do que o apoio ao associativismo. Acresce o apoio logístico a todas essas ações. Há

outra linha de apoio, mas em altura de emergências sociais não pode haver esperas. Das 3.000 refeições em estabelecimentos escolares, verificam-se que 1.390 alunos têm direito a refeições gratuitas. É um número muito elevado e, normalmente, indica outro tipo de necessidade. Não vai falar na habitação social, algo muito obtuso neste concelho. Não se percebe muito bem se é preciso ou não é... As opções do PS seriam claramente diferentes! Em termos práticos: os Vereadores Socialistas consideram que há áreas em que continua a existir um investimento que podia ser reduzido e mais assente na produção local como, por exemplo, na área da cultura. Retirando investimento nesta área em relação às compras externas, até porque os equipamentos funcionam muito bem por permuta, ou na situação em que os artistas e agências alugam a sala para desenvolverem os seus espetáculos. Evidentemente que é do seu conhecimento que a cultura e a oferta da cultura tem um aspeto ideológico para a maioria em gestão neste executivo, mas repare-se que atualmente já são cobrados o acesso a todos os espetáculos!

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** constata que a verba paga em horas extraordinárias diminuiu, assim como o subsídio de turno. A este respeito, gostaria de ser esclarecido se estas situações estão indexadas a uma quebra da atividade e, em caso afirmativo, se é exetável que no retomar da atividade possa haver um aumento, quer das horas extraordinárias, quer do subsídio de turno, ou se as horas extraordinárias que vinham sendo feitas estavam relacionadas com um excesso que não era necessário.

A **Sr.ª Vereadora Adília Candeias** cumprimenta os presentes.

A **Sr.ª Vereadora Adília Candeias** refere que o intuito da sua intervenção é no sentido de clarificar algumas das dúvidas suscitadas pelos Srs./as Vereadores/as. Relativamente às questões dos recursos humanos, como sejam, acidentes de trabalho e doenças profissionais, é de facto um problema que preocupa a gestão. Pode, desde já, acrescentar que os processos relativos a doenças profissionais estão em atraso e aguardam a confirmação das inspeções, sendo que as pessoas/trabalhadores estão permanentemente de baixa, porque não estão em condições para trabalhar. Há 23 processos de presunção de doença profissional participada em 2013 que vêm de anos anteriores. Acresce que a estrutura operária da Autarquia está envelhecida, na medida em que, nos últimos anos, tem estado proibida de admitir novos trabalhadores e dos que estavam ao serviço muitos têm vindo a reformar-se. Basicamente os processos de reformas têm sido encetados pelo pessoal operário. Registe-se que esta classe de operários é aquela que está mais exposta a vários tipos de riscos e a acidentes de trabalho, o que resulta na apresentação dos números/dados como são enunciados na *Prestação de Contas 2013*. As 30 mobilidades ocorridas têm a ver com pessoas, cuja doença profissional, começa a dar sinais mas que ainda estão capacitadas para outras funções. Há muitas pessoas em mobilidade, mas como é evidente não se pode colocar um técnico superior a desenvolver o trabalho de um assistente operacional.

A **Sr.ª Vereadora Adília Candeias** confirma que o número de horas extraordinárias diminuiu, porquanto o valor que foi reduzido às pessoas também se reflete no valor total das mesmas.

Acrescenta que as viaturas de cinco lugares são aquelas que fazem mais falta. O território deste concelho é muito extenso e as brigadas são muito pequenas, para solucionar e/ou acorrer a situações como: conserto de um banco, rotura de água ou efetuar leitura de contadores são usadas estas viaturas. Por outro lado, os circuitos escolares são muito longos com poucos meninos, que se fazem transportar em viaturas de cinco lugares. A lei dita que, nas viaturas a partir dos 9 lugares é obrigatória haver outra assistência, para além de que seria um desperdício colocar uma viatura de 9 ou de 16 lugares a transportar 4 ou 5 meninos/as.

A **Sr.ª Vereadora Adília Candeias** menciona que as prioridades no âmbito da rede viária estão todas identificadas com trabalho executado no relatório da *Prestação de Contas 2013*. A reduzida execução financeira tem a ver com o atraso de uma obra – Caminho Municipal 1029 -, cuja programação financeira foi adiada para 2014, devido a questões que se prendem com expropriações e indemnizações a proprietários. É uma obra muito dispendiosa que, a ter sido concluída em 2013, teria atingido uma taxa de execução acima de 70%. Acresce que muitos trabalhos foram realizados por administração direta, que se refletem na aquisição em outros materiais e não contam para a taxa de execução.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** saúda os presentes.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que depois de ouvir as intervenções dos Srs. Vereadores/as da Oposição, apetece-lhe citar o famoso filósofo grego que em tempos afirmou: *"a parte que ignoramos é muito maior do que tudo quanto sabemos"*. Esta é uma frase que revela humildade, conhecimento e ilustra vontade de aprender. Diria que esta frase aplicada às intervenções dos Srs./as Vereadores/as leva a uma conclusão óbvia: os/as Senhores/as ignoram muito do trabalho que foi feito! E, mostram sobretudo um grande desconhecimento sobre a atividade intensa e bastante positiva que foi desenvolvida pela Autarquia num contexto de uma crise profunda que o país atravessa. Na verdade ignoram e mostram desconhecimento! Os/as Srs./as Vereadores/as não tiveram uma palavra sequer de referência positiva à atividade que foi desenvolvida! Foram esporádicas as referências positivas, nada valorativas daquilo que foi o trabalho intenso desenvolvido durante o ano, quer pela Câmara Municipal, quer por esta em parceria com os agentes sociais e económicos. É desta forma que se trabalha no concelho de Palmela! Este percurso teve uma gestão rigorosa e exigente para a consolidação das contas. A *Prestação de Contas 2013* demonstra de forma muito clara o trabalho que foi realizado. Foram muitas as obras executadas para as populações deste território! Isto aconteceu num contexto adverso e difícil para o país, para as famílias, as empresas e as autarquias, o que é ainda mais valorativo do trabalho que foi feito.

Em relação à intervenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro no que concerne aos impostos diretos e ao facto de este ter mencionado que havia um discurso contraditório por parte da CDU, o **Sr.**

Vereador Luís Miguel Calha refere que a Derrama, no ano passado, ficou situada em 2 milhões e 300 mil euros, mas vale a pena observar o valor dez anos antes (em 2003) em que a Câmara Municipal de Palmela arrecadou 8 milhões e 400 mil euros por via deste imposto!

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** reporta-se à intervenção da Sr.^a Vereadora Natividade Coelho, quando esta compara ou quer comparar a gestão desenvolvida pela CDU nesta Autarquia com a que tem vindo a ser encetada pelo atual Governo como um ataque à classe média, dizendo que Sr.^a Vereadora está equivocada e quando refere que há um alinhamento com o Governo, está certamente a referir-se ao PS e ao acordo com a *troika* que subscreveu com o PSD e com o PP, acordo esse cujas consequências têm sido desastrosas para o País e que o PS não quer romper. Aliás esse alinhamento ficou bem claro também por parte do PSD quando aprovou orçamentos do anterior governo PS. Diria mesmo que esse alinhamento sempre existiu e, infelizmente para o nosso País, e para os portugueses, continua a existir nos dias de hoje. Portanto o alinhamento existente não é com certeza da gestão CDU com o Governo, é sim do PS com o PSD e o PP como sempre houve ao longo dos anos!

Quanto à observação do Sr. Vereador Pedro Taleço sobre os dados/números constantes do relatório da *Prestação de Contas 2013* no que toca ao número de visitantes em exposições e outras, oferece-se explicar que não se tratam de números exatos são estimativas, pelo que não haverá muito mais a acrescentar. Lamenta que o Sr. Vereador Pedro Taleço não reconheça a importância do trabalho que tem sido desenvolvido nesta rede de Municípios pela *Artemrede*. As Câmaras Municipais de Montijo, Abrantes e Alcanena são Autarquias sob a gestão do PS e reconhecem a importância deste trabalho, tanto assim é que duas destas autarquias estão na direção da *Artemrede*. Ainda, no que toca à intervenção do Sr. Vereador Pedro Taleço, concretamente sobre o *Palmela Tourist Card*, o **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** observa que o Sr. Vereador se tem referido insistentemente a este cartão, elogiando. Adianta que este cartão, que é um importante instrumento promocional do concelho foi lançado com uma campanha nas redes sociais, envolvendo uma despesa reduzida mas um alcance que esperamos que venha a ser cada vez maior. O *Palmela Tourist Card* integra-se numa campanha de promoção turística que está a ser desenvolvida pela Autarquia em parceria com os agentes turísticos do concelho, é divulgado pelos próprios parceiros, mas também por um conjunto alargado de entidades ligadas ao setor, como é o caso da Entidade Regional de Turismo de Lisboa. Acreditamos que o compromisso destas entidades em divulgar as vantagens e descontos associados ao cartão, será também um importante contributo para elevar a promoção turística do concelho e atrair cada vez mais visitantes e turistas. Conclui, com realce para o seguinte: ao nível do desenvolvimento turístico do concelho de Palmela verifica-se que, os últimos quatro anos, foram aqueles em que se registaram os melhores anos turísticos de sempre! É o INE (Instituto Nacional de Estatística) que o comprova! Refira-se que os números apresentados pelo INE são públicos.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere-se à intervenção do Sr. Vereador Pedro Taleço. Regista que a taxa de execução na área da vertente social foi “religiosamente” cumprida pela Câmara Municipal. A função social mais importante da Câmara Municipal de Palmela ou a denominada “menina dos olhos de ouro” é a educação, e corresponde a 28,5% do Orçamento. É a maior “fatia”. Ninguém pode vir a denunciar a Câmara Municipal de que está desatenta relativamente à educação. A Autarquia não “cortou” nas verbas à educação, nem mesmo, neste momento, de maior crise. Há que reconhecê-lo. Só em isenções e redução de taxas somaram-se 57 mil 737 euros! Isto é ação social! O papel da Câmara Municipal de Palmela é fundamentalmente um papel de facilitador na rede, porque está representada nas freguesias, através das Comissões Sociais de Freguesia e através do CLASP (Conselho Local de Ação Social de Palmela). Salienta que a Câmara Municipal é um membro muito ativo na rede, através da plataforma supraconcelhia e em articulação com o próprio Governo. Opina que a Autarquia deve ter sentido crítico e, simultaneamente, de cooperação para minimizar os problemas existentes na sociedade. As notícias mais recentes ditam que são 2 milhões de pobres neste país! A classe média ficou mais empobrecida e os que já eram pobres ficaram numa situação ainda mais miserável. A maioria em gestão neste órgão autárquico não anda distraída! A Câmara Municipal de Palmela é membro da rede e tem responsabilidades. Relembra que, no âmbito da cooperação do mês do Idoso, foram encetadas várias ações/iniciativas e que correspondem a um trabalho que foi levado à prática durante todo o ano, alguns exemplos: o documentário “Arrábida – da serra ao mar”, segunda-feira sénior, chá dançante, prevenção de burlas, musicando (em colaboração com a rádio Popular), clique sem idade (que abrange as cinco freguesias do concelho), oficinas de trabalho sobre o envelhecimento ativo, noções básicas de informática, as comemorações do Dia Europeu da Solidariedade e da Cooperação entre Gerações, uma curta metragem “o frigorífico e o telemóvel”, as pinturas de rua intergeracional, o Dia dos Avós, os ateliers de conversação *online*, o cinema à tarde, a visita a vários espaços nomeadamente ao Espaço Fortuna, à Casa Caramela, ao Moinho das Marés na Mourisca (a Autarquia de Palmela leva os *séniores* aos territórios vizinhos e traz os *séniores* dos territórios vizinhos ao concelho de Palmela), a festa de verão - com a passagem de modelos, a praia *sénior* - realizada todos os anos em Setúbal á beira rio, sardinhas nas IPSS’s (Instituições Particulares de Solidariedade Social), as memórias: magia e história, entre outras ações que são feitas com a promoção da Câmara Municipal de Palmela. Salienta o importante trabalho que a Câmara Municipal desenvolve em articulação com os demais parceiros, em que todos são postos “a pensar, a mexer e a trabalhar”.

A propósito das horas extraordinárias, o **Sr. Vereador Adilo Costa** menciona que muitos/as os/as trabalhadores/as da Câmara Municipal optam por não as receber, mas asseguram a sua presença nas iniciativas que são levadas à prática, porque sabem que a sua presença é fundamental para a concretização das mesmas.

A **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** repara que as intervenções dos eleitos da CDU parecem indiciar que a *Prestação de Contas* é um conjunto de números com um capítulo descritivo do que se passou durante o ano, mas, para além disso, este documento apresenta um conjunto de indicadores que ajuda a refletir relativamente à gestão que foi feita. Caso contrário, porque haveria necessidade de ter tanto trabalho a elaborar este documento, seria só para reproduzir números? Devido à sua atividade profissional está habituada a ter de apresentar relatórios idênticos que não têm este nome (*Prestação de Contas*) nem seguem as regras do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), mas é “obrigada” a refletir sobre os desvios ocorridos, refletir sobre os números apresentar e a apresentar estratégias. É nesta ótica que vê a *Prestação de Contas*. Senão isto seria um exercício perfeitamente estéril.

Acrescenta a **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** que a questão das doenças profissionais está suficientemente explicada, até porque esta parte do relatório está muito bem elaborada, apenas se tem de usar de um olhar atento na perspetiva que acabou de enunciar. O modo como se atua sobre a realidade para inverter determinada situação é uma situação diferente.

Seguidamente, a **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** refere-se à intervenção do Sr. Vereador Luís Miguel Calha quando este cita o filósofo grego *“a parte que ignoramos é muito maior do que tudo quanto sabemos”*, dizendo que esta frase também se aplica ao Sr. Vereador. Recorda que, quando ela própria usou da palavra, começou por destacar indicadores altamente animadores da *Prestação de Contas 2013* e não foi só por geração espontânea. O Sr. Vereador Luís Miguel Calha tem todo o direito de obliterar parte de um discurso, mas ela também tem o direito de o desmentir. Cada um desempenha o seu papel. Expressa que o conceito da ‘navegação à vista’ é, em termos estratégicos, muito mau. Mas, em alturas de crise (às vezes) é preciso ser usado. Não teceu nem adjetivou nada, apenas se limitou a constatar o que ocorre relativamente às GOP (Grandes Opções do Plano). Lembra que é uma recorrência, entre eles, o alinhamento do PS com a *troika* e com o Governo será sempre uma discussão eterna. Explica que, quando ela se referiu ao alinhamento com o Governo fê-lo concretamente no contexto da não descida do IRS e do IMI, porque os argumentos usados pela maioria CDU foram os mesmos que os usados pelo Governo quanto a não baixar alguns impostos. Mas, porque é que o Sr. Vereador Luís Miguel Calha pode referir-se à *troika* e ela não pode fazê-lo? Falando de alinhamentos: “por acaso” quem ela viu ao lado do PPD-PSD e do CDS-PP a votar contra o PEC IV (Programa de Estabilidade e Crescimento) apresentado pelo Governo PS, foram os deputados eleitos pela CDU!

Dirigindo-se ao Sr. Vereador Adilo Costa, a **Sr.ª Vereadora Natividade Coelho** expressa que tem o máximo respeito pelo trabalho que é desenvolvido pela rede social e CLASP (Conselho Local de Ação Social de Palmela), mas há uma questão que não aceita e que o Sr. Vereador afirma sistematicamente: é que na verdade a Câmara Municipal não pode ser apenas mais um

membro no CLASP tem de ir mais além em termos de opções. É somente esta questão que os divide.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** mostra-se esclarecido com algumas das explicações que foram prestadas. Quer apenas referir (com a humildade que certamente lhe reconhecem) que apenas leu os números/dados constantes no relatório da *Prestação de Contas 2013*, uma vez que tem dificuldade em ter perceção da realidade. Já o Sr. Vereador Luís Miguel Calha consegue ver os dados à data de 2003. Citando: "*Deus não nos bafejou com a mesma inteligência*". Mas, naquilo que é a sua ignorância, leu o que o Sr. Vereador Luís Miguel Calha escreveu. Foi o que única e exclusivamente fez: leu os números constantes no relatório.

O **Sr. Presidente** repara que há poucas questões concretas que tenham sido levantadas pelos Srs. Vereadores da Oposição e há asserções que, na sua perspetiva, são falaciosas e merecem ser desmontadas. Começando pelas questões suscitadas pela Sr.ª Vereadora Natividade Coelho, esclarece que, quando se frisa o encerramento de um ciclo, respeita este ao encerramento do mandato. Foi um mandato autárquico difícil, conforme se descreve. Fez-se a alusão ao fecho do ciclo, porque, também, o final desse ciclo foi ainda mais 'doloroso' atendendo às grandes transformações que houve por via das alterações legislativas, da alteração à estrutura orgânica e, sobretudo, para valorizar o trabalho, empenho, dedicação e disponibilidade dos trabalhadores do Município para se adequarem permanentemente a estas alterações e continuarem a tentar honrar a prestação de um serviço público de qualidade. Mas, quando se encerra um ciclo, na sua perspetiva (que é um Marxista), esse ciclo reabre-se dialeticamente, isto porque os ciclos não chegam a fechar por completo – é uma espiral dialética. Como tal, revê-se em todo o património de trabalho que foi realizado nos mandatos anteriores. Já tiveram teses e sínteses que vão dar lugar a outras teses e enceta-se um novo ciclo, tentando nos últimos três meses do ano, marcar e influenciar positivamente o fecho do ciclo anterior. Relativamente a alinhamentos com discursos de fim de crise, tem a referir que sempre foi bastante desalinhado, mesmo dentro da área política onde milita. Não sabe o que era pior: se a aprovação do PEC IV ou outras medidas que entretanto sucederam. Como diz o ditado: "*Venha o diabo e escolha*". O que pode garantir é que a CDU teria, naturalmente, assumido outras opções. Infelizmente, o que alguns recusaram no plano nacional e que diz respeito à renegociação da dívida, à reformulação do programa de reajustamento, entre outras, têm vindo ultimamente dar razão, no sentido de que estas opções deveriam ter sido assumidas. Até hoje, um prémio Nobel da Economia vem ao encontro daquilo que o seu partido tem dito acerca da solução para os países que têm estado sujeitos à *troika*. Por todas estas razões prefere estar desalinhado.

A propósito da expressão usada pela Sr.ª Vereadora Natividade Coelho de que "*Os Orçamentos aprovados pela maioria em gestão se vinham a revelar na apresentação da Prestação de Contas respeitante a cada um dos anos como documentos de 'ficção'* ", o **Sr. Presidente** afirma que não são Orçamentos de "ficção" e são, até, bastante realistas. A prova disso mesmo está nos

indicadores de eficácia pela expressiva percentagem de execução que o Orçamento apresenta. Isto prova que não há “ficção”. No mandato anterior houve Orçamentos que, não sendo de “ficção” nem virtuais, eram Orçamentos baseados em expectativas que, infelizmente, não vieram a confirmar-se e, por isso, pode aludir à intervenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro quando fala do contexto difícil, mas, de facto, o Sr. Vereador não leu tudo. O contexto é efetivamente difícil; repare-se que todos os dias vêm-se confrontados com outros indicadores, como sejam, a desigualdade e a pobreza! O risco de pobreza aumentou 18,7%! A taxa de privação material regista 25,5%! E a taxa de privação material severa situa-se em 10,9%! Os indicadores de desigualdade cifram-se entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres! Vive-se em dificuldades. As Autarquias deviam receber muito mais. Os responsáveis por esta realidade são as políticas que o Governo tem assumido. Até se pode estar a exportar mais, mas as pessoas não estão, de facto, a viver melhor. A questão dos indicadores tem muito que se lhe diga! O Sr. Vereador Paulo Ribeiro até pode recorrer a indicadores de desenvolvimento, como por exemplo, em alguns países africanos, em que o PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* é bastante elevado devido ao petróleo e diamantes, no entanto, as pessoas vivem abaixo do limiar da pobreza, o que não acontece no concelho de Palmela.

Sobre a intervenção da Sr.^a Vereadora Natividade Coelho, no que concerne ao aumento da arrecadação dos impostos, o **Sr. Presidente** refere que o nível de receita dos impostos vai ter de manter-se na ordem dos 18 milhões de euros durante os próximos anos. Para ser possível a redução da taxa do IMI terá de aumentar a arrecadação da verba de outros impostos como, por exemplo, o IMT ou conseguir receitas expressivas na rubrica de Loteamentos e obras. Regista que, em 2012, a verba arrecadada por via do IMI foi de 8 milhões de euros; do IMT foi de 5 milhões e 700 mil euros e nos Loteamentos e obras foi de 1 milhão e 282 mil euros. A Câmara Municipal tem em condições de serem levantados Alvarás de loteamento que somam a quantia de 12 milhões de euros. Espera-se que, com as medidas tomadas pela Autarquia, possam ser levantados alguns com a entrada de umas centenas de milhares de euros. Provavelmente, a Sr.^a Vereadora Natividade Coelho não quis falar objetivamente na redução da dívida, mas deu um grande enfoque na evolução da receita, porque “lhe dá jeito” voltar à questão do IMI. Refira-se que não destacou injustamente a redução da despesa. O endividamento da Autarquia foi reduzido em 2 milhões e 238 mil euros. O endividamento, em 2012, era de 10 milhões e 500 mil euros e, no final do ano de 2013, era de 8 milhões e 262 mil euros! Isto tem de ser registado, louvado e apreciado. Este resultado foi possível, através da obtenção de uma maior receita em alguns impostos. Na Introdução à *Prestação de Contas 2013* faz-se referência às percentagens de redução que se verificaram em Encargos de funcionamento. Conseguiram-se poupanças. Os cerca de 2 milhões de euros, provenientes da arrecadação da receita do IMI, não se distanciaram das projeções que a maioria em exercício tinha feito, na medida em que havia projetado 10 milhões e 300 mil euros e o desvio (a mais) foi de 600 mil euros. Afinal quem fez “ficção”? No anterior mandato autárquico, era o Sr.

Vereador José Carlos de Sousa (eleito do PS) que afirmava que esta receita ficaria em 12 milhões de euros. Quem, de facto, fez “ficção” foram os Srs. Vereadores Socialistas! Quanto à alusão a técnicos competentes, há que reconsiderar que, afinal, a Câmara Municipal fez previsões acertadas e esta *Prestação de Contas 2013* é a prova! Realizaram-se grande parte das expetativas que a maioria em gestão previa nesta matéria, enquanto que as expetativas criadas pelos eleitos do PS não se confirmaram!

Mais refere o **Sr. Presidente** que, entre a despesa paga e os compromissos, mencionam os Srs. Vereadores do PS que existe uma diferença de 2 milhões de euros. Opina que é preciso fazer um esforço para perceber as questões de cariz técnico. O termo compromisso é usado quando, por exemplo, a Autarquia para lançar uma obra tem de ter previamente o comprometimento para a mesma (verba estipulada e prevista em Orçamento/GOP).

O **Sr. Presidente** menciona que é perfeitamente normal que o serviço da dívida tenha absorvido um maior volume de receitas cometidas relativamente a anos anteriores. Acionou-se o empréstimo bancário para execução das obras, mas os Srs. Vereadores da oposição esqueceram-se de referir que os encargos financeiros foram reduzidos numa percentagem muito significativa. Isto tem de ser valorizado!

A solicitação do Sr. Presidente intervém o Dr. Gonçalo Neto, Chefe da Divisão de Finanças e Aprovisionamento para esclarecer o que significa “a aplicação dos resultados”. Assim:

. Os resultados líquidos revelam o desempenho económico, num determinado ano, de uma determinada organização. Normalmente, o ano económico coincide com o ano civil. Quando respeita a empresas privadas a regra de distribuição do resultado líquido é exatamente igual, com uma diferença: a questão da possibilidade de distribuição dos dividendos para os acionistas, que não se aplica para as entidades públicas.

Para as Autarquias aplica-se:

. O resultado líquido do exercício anterior é transferido para *resultados transitados*. Quando é positivo, uma parte deste pode ser repartido para *reforço do património* e/ou *constituição ou reforço de reservas* sendo que o reforço do *património* do Município é obrigatório até que o valor contabilístico do mesmo corresponda a 20% do ativo líquido), mas este não é o caso do Município de Palmela.

. Como o resultado líquido é negativo transita para resultados operacionais e é subtraído aos *fundos próprios* da Câmara Municipal. Assim, se no final do ano, os fundos próprios se cifrarem em 120 milhões de euros e o resultado líquido for de 2 milhões de euros, significa que os 2 milhões de euros terão de ser subtraídos aos 120 milhões de euros, que transitam para o ano seguinte.

. Portanto, trata-se de uma regra contabilística que é definida em termos de legislação, tanto para as entidades públicas como para as entidades privadas, com a tal diferença de as empresas privadas poderem distribuir os dividendos pelos acionistas.

O **Sr. Presidente** continua a sua intervenção, dizendo que os Srs. Vereadores da oposição têm feito críticas em relação a várias áreas, entre as quais, as Funções Sociais; tendo, inclusivamente, a Sr.ª Vereadora Natividade Coelho feito alusão ao que é, afinal, uma *Prestação de Contas*. A este propósito, adianta que a *Prestação de Contas* é constituída por números, descritivo e indicadores e é, nada mais / nada menos, do que a análise transversal destas três matérias. Por isto, é que algumas das intervenções havidas nesta reunião, pecam por falácia, na medida em que isolam rubrica a rubrica. A área Social ou a área da Habitação não se cinge somente à verba que está estipulada na rubrica orçamental respetiva, até porque há um conjunto de outras despesas que estão distribuídas nas restantes rubricas por ação da Autarquia. Salienta que não pode (por aplicação do POCAL) considerar investimento a verba que paga à AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.. No que respeita ao investimento por habitante há apenas a considerar o investimento de capital. E pergunta: o investimento que a Câmara Municipal faz em áreas como a Educação ou a Cultura não é, na verdade, investimento nas pessoas? Há que “desmontar” a forma como os/as Srs./as Vereadores/as tentam lidar com estes números para restringir a atividade municipal nalgumas áreas aos indicadores orçamentais. Aconselha os/as Srs./as Vereadores/as a ler o descritivo da *Prestação de Contas 2013* que é, de facto, muito mais rico. Quando a Câmara Municipal apoia uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) através do apoio financeiro, acresce o apoio técnico, que se reflete nos custos de funcionamento da Autarquia! A cedência de transportes reflete-se, igualmente, nos custos de funcionamento da Autarquia! Não vale a pena aos/as Srs./as Vereadores/as tentarem enveredar a análise por essa linha de orientação. Esse discurso pode funcionar para alguns incautos, mas não surte qualquer efeito para as instituições/associações com quem a Câmara Municipal vem trabalhando, porque têm a noção concreta e real do apoio que o Município lhes presta. O **Sr. Presidente** acrescenta que gostaria muito que a Sr.ª Vereadora Natividade Coelho pudesse assistir a uma reunião da rede social e CLASP e, sobretudo, que pudesse assistir a uma reunião com a presença da atual Diretora do Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal. Em todo o caso, é bom ouvir da parte da Sra. Diretora os rasgados elogios que são feitos à rede e ao papel dinamizador da Câmara Municipal de Palmela no trabalho que faz com os seus parceiros. Para o constatar, a Sr.ª Vereadora Natividade Coelho pode ler as atas de algumas dessas reuniões. Por todas estas razões é necessário associar os números ao descritivo.

Referindo-se à intervenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, o **Sr. Presidente** menciona que o contexto difícil que se atravessa não é contraditório com a arrecadação da receita que ocorreu nalguns impostos. A Autarquia de Palmela vivia muito dos impostos indiretos, na medida em que eram receitas importantes no Orçamento municipal e que, no ano em análise (2013),

apenas tiveram um salto quantitativo por causa das taxas de ocupação do subsolo. Provavelmente isto já não vai acontecer em 2014. Não é verdade que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro tenha proposto uma diminuição gradual do IMI, propôs sim uma redução abrupta da taxa do IMI. O Sr. Vereador Paulo Ribeiro também argumentou com o capital em dívida (porque, de facto, foi utilizado para as obras estipuladas no âmbito do empréstimo bancário) com o rácio da percentagem de investimento por habitante. Seria muito bom que se tivesse um rácio de benefício por habitante, porque a Autarquia é um prestador de serviços, e cruzar o conjunto de políticas sociais que são empregues no dia-a-dia (desde a água, o saneamento, a recolha de lixo a preços mais baratos à discriminação positiva, para além dos transportes escolares). Isto também é investimento na população! Os espetáculos culturais no concelho de Palmela são proporcionados a custos reduzidíssimos, aliás a Câmara Municipal assumiu claramente dar espaço à realização de eventos/ações, quer por agentes culturais deste concelho, quer por agentes que procuram este território para o fazer. Foi com o seu filho a um sábado à tarde assistir a um espetáculo da *Artemrede* ("O problema do corvo") que se realizou no Centro Cultural do Poceirão e a sala estava cheia com pessoas que vieram de várias localidades. Sabem o que significa o apoio à cultura 'no deserto' ? É proporcionar espetáculos de qualidade a preços que são acessíveis à população (bilhetes a 1,00 €/cada). Isto implica investir na *Artemrede*. Sabem os/as Srs./as Vereadores/as quanto custa um bilhete para um espetáculo, por exemplo, do La Féria, em Lisboa? Claro que não vai lá, porque tem no concelho de Palmela espetáculos de qualidade a preços muito mais reduzidos. Isto significa investir na elevação cultural dos cidadãos!

O **Sr. Presidente** acrescenta que foram colocados/as pelos/as Srs./as Vereadores/as questões que revelam o desconhecimento do funcionamento da Autarquia, das suas ações e intervenções no quotidiano. Também sabe que isso é mais difícil de ler na *Prestação de Contas*, porque é mais fastidioso. Para tal, é necessário contar as ruas, o número de intervenções realizadas, circuitos de transportes efetuados e o número de viaturas com cinco lugares que fazem quilómetros a partir das 05:30 horas a transportar crianças para as escolas. Gostava de entender as insinuações sobre as dívidas a fornecedores. E explica: nos termos da legislação que hoje se aplica – Lei dos compromissos e pagamentos em atraso – há por pagar, com mais de 90 dias, cerca de 670 mil euros. O pagamento da restante dívida, está contratualizada com a AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. e a SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A. nas outras listagens de fornecedores.

Sobre os impostos, o **Sr. Presidente** salienta que a surpresa não teve a ver com a verba arrecada relativa ao IMI, mas sim com a verba proveniente do pagamento do IMT que registou um aumento. Essas verbas foram recebidas no final do ano de 2013 (a 18 de dezembro "se não incorre em erro"). Nos últimos dias do ano foi possível pagar 2 milhões e 296 mil euros de dívida!

Quanto às Horas extraordinárias, o **Sr. Presidente** regista uma situação que não foi ainda abordada e que se relaciona com o facto de os/as trabalhadores/as não quererem fazer horas ao preço que estas estão a ser pagas! Realça que há trabalhadores das brigadas que só por brio profissional e para não deixar a Câmara Municipal ficar mal fazem horas extra. O que aconteceu em 2013 foi gravíssimo. Os serviços camarários não conseguem constituir brigadas para uma série de trabalhos que só se conseguem fazer ao fim-de-semana. Acresce que houve um pré-aviso de greve permanente para o ano inteiro, por parte do STAL – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, que impedia a Autarquia de “obrigar” os/as trabalhadores/as a fazer horas extraordinárias. É bom que conste que um assistente operacional para vir trabalhar a um sábado, tendo presente as reduções por via de impostos, auferir menos de 30 euros e, de facto, há pessoas que entendem que o sábado também lhes serve para outras situações como, por exemplo: investir na família, arrumar a casa ou trabalhar no quintal ou na horta.

O **Sr. Presidente** continua a sua intervenção, dizendo que a questão fundamental é que o ano de 2013 terminou com execuções muito consideráveis, quer na receita, quer na despesa. A maioria em gestão fica particularmente feliz, por ter conseguido reduzir as dívidas em aproximadamente 2 milhões e 200 mil euros. A crise não terminou, mas mantém-se um percurso de rigor.

Sobre a intervenção do Sr. Vereador Talego quanto à necessidade de monitorização dos números de presenças em eventos/iniciativas, adianta que, para muitas das iniciativas que são levadas à prática, mesmo a custo zero, são emitidos bilhetes, o que permite a contabilização dos números reais. Acrescem os dados constantes do relatório que é distribuído pelos Srs./as Membros da Assembleia Municipal com a súmula dos dados.

O **Sr. Presidente** conclui, dizendo que, para além da realização financeira, houve capacidade de concretização de pequenas obras e de outras tidas como consideráveis. Algumas obras de maior peso tiveram atrasos, que já foram devidamente explicados, por razões que ultrapassam a própria Câmara Municipal. Recorda a “saga” que foi conseguir ter na semana passada, ao fim de uma série de meses de negociação, colocar a concurso a execução da rotunda na E.N. 379, depois de terem conhecido três novas Diretoras das Estradas de Portugal (E.P.) e discutido “meia dúzia” de protocolos. Ainda assim, houve uma percentagem significativa de investimento e, sobretudo, de muitas ações que foram importantes para o concelho e sua população. Há quem visite o concelho e tenha esta expressão “parece que não há crise por aqui”, mas a verdade é que há. Isto significa que as pessoas têm uma boa imagem do concelho e daquilo que é desenvolvido pelas Autarquias, agentes económicos, agentes culturais e sociais, permite-se finalizar dizendo que a imagem que dão a Palmela é positiva e de grande realização, apesar de os tempos não serem os mais favoráveis.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra dos Srs. Vereadores Natividade Coelho, Pedro Taleço, Cristina Baptista Rodrigues e Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

O Sr. Vereador Paulo Ribeiro apresenta a seguinte declaração de voto.

DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR. VEREADOR DA COLIGAÇÃO PPD-PSD/CDS-PP:

"A Prestação de Contas relativa a 2013, documento de execução financeira do Orçamento e Grandes Opções do Plano, reflete as dificuldades económicas e financeiras existentes a nível nacional e local, mas também a incapacidade da maioria CDU de executar o orçamento de acordo com o planeado aquando da sua elaboração.

As receitas municipais arrecadadas, no valor de cerca de 43,8 milhões de euros, correspondem ao valor mais elevado no quadriénio 2010-2013, demonstrando que não é por falta de meios financeiros adequados que a autarquia não resolve os problemas dos munícipes. No caso dos Impostos Diretos (IMI, IMT, IUC e Derrama sobre o IRC) estamos perante um valor de 18,4 milhões de euros, verificando-se um acréscimo de 2 milhões de euros, relativamente ao ano 2012. É uma subida de 12%, muito acima do previsto pela Câmara Municipal, o que vem dar razão à nossa proposta de ser possível aliviar a carga fiscal sobre as pessoas.

Esta subida da receita resulta essencialmente do IMI o que significa, claramente, que a proposta que apresentámos, no sentido de o baixar gradualmente para atenuar a carga fiscal sobre as pessoas, tinha todo o sentido, ficando aqui inequivocamente provado que a Câmara, uma vez mais, desconhecia a realidade. Por outro lado, estes números demonstram, tal como já propusemos, que em Palmela há margem para baixa do IMI. Assim, a CDU queira!

Ainda nas receitas correntes destacam-se as transferências da administração central, num total de 7.819.719 €, o que representa, um crescimento de 4,7% destas receitas face ao previsto em sede orçamental e de 6% face a 2012.

Assim, ao contrário do discurso oficial da maioria, em 2013, assistimos a um aumento da capacidade de arrecadação de receita da autarquia, pelo que não é este o motivo que justifica a incapacidade de execução da autarquia.

A despesa total foi de 40,560 milhões de euros, menos 1,4% que no ano 2012.

As despesas com Pessoal, no valor de 18,4 milhões de euros, cresceram 12,7% comparativamente com 2012 e remuneraram um total de 933 trabalhadores (menos 11 do que em 2012). Esta oscilação da despesa com pessoal resulta essencialmente de soluções exógenas a Palmela, não se notando da parte da autarquia qualquer política própria de gestão dos seus recursos humanos. Na política de recursos humanos desta autarquia, não se vislumbra qualquer estratégia de maior eficiência e eficácia na gestão do pessoal da autarquia.

Em 2013 Palmela assistiu à diminuição do peso dos investimentos no total das despesas de capital, representando 60% das mesmas, fruto da diminuição de 38,9% face ao 2012. A

confrangedora taxa de execução dos investimentos, abaixo dos 50%, são claramente o espelho da inatividade, da falta de rumo e estratégia para o concelho.

Se em 2013, cada palmelense pagou em média 289,20 € em impostos diretos para a autarquia, o que representa uma subida de 10,7% face ao período homólogo, nem por isso a retribuição que os palmelenses receberam da sua autarquia aumentou. Efetivamente, em 2013, o investimento municipal foi de 53,50 € por habitante, menos 40,5% do que em 2012, onde o rácio de investimento por habitante foi de 89,90 €.

Analisado o endividamento municipal, verifica-se que em 2013 o capital em dívida aumentou 5,6% em relação a 2012.

Por fim, não podemos deixar de referir a baixa taxa de execução de algumas das Grandes Opções do Plano para 2013, designadamente na Habitação e Urbanismo (49,47%), Ordenamento do Território (41,62%), Proteção do Meio Ambiente (27%) e Transportes Rodoviários (67%).

A prestação de contas de 2013 são o maior testemunho de uma maioria sem estratégia, de onde resulta a ausência de opções que tornem a gestão autárquica mais eficaz e eficiente, consumindo os seus recursos com a sua máquina burocrática, em detrimento de impulsionar o desenvolvimento socioeconómico de Palmela.

Por estas razões, votei contra a prestação de contas de 2013.”

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E ORGANIZAÇÃO

Pela **Sr.ª Vereadora Adília Candeias** foi apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Parecer prévio vinculativo com vista à celebração de um contrato de prestação de serviços no âmbito da medicina do trabalho.

PROPOSTA N.º DADO_DRHO 01_07-14.

«Considerando que:

Constitui obrigação das entidades empregadoras públicas organizar as atividades de segurança, higiene e saúde no trabalho que visem a prevenção de riscos profissionais e a promoção de saúde dos trabalhadores ao seu serviço, conforme se alcança do preceituado no nº 2 do artigo 221º Lei nº 59/2008, de 11 de setembro, que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP).

No âmbito da vigilância da saúde, compete à autarquia assegurar a promoção e a realização de exames de saúde – exames de admissão, periódicos e ocasionais -, tendo em vista verificar a aptidão física e psicológica dos trabalhadores para o exercício da respetiva atividade, bem como

avaliar as repercussões das condições de trabalho na saúde das/os trabalhadoras/es (cfr. artigo 162º do RCTFP).

Os serviços especializados em causa carecem de ser prestados por médico com especialidade em medicina no trabalho, pelo que, face à inexistência de posto de trabalho no mapa de pessoal da autarquia, os serviços deverão ser adjudicados a entidade externa, em regime de prestação de serviços (modalidade de avença).

O contrato de prestação de serviços celebrado entre a Câmara Municipal e a Sociedade Miguel Judas - H.S.S. Medicina, com produção de efeitos 1 de agosto de 2013, pelo período de 2 anos, foi rescindindo pela autarquia, com aviso prévio e obtida a concordância do adjudicatário, com efeitos a partir de 1 de março de 2014, face à impossibilidade legal do médico do trabalho Dr. Joaquim Judas poder manter a título pessoal a prestação de serviços.

Nos termos do preceituado no nº 11 do art.º 73º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro (aprova o Orçamento de Estado para 2014), nos Municípios, o parecer prévio vinculativo de que carece a celebração dos contratos de prestações de serviços, designadamente, na modalidade de avença, é da competência da Câmara Municipal;

O parecer em causa depende da verificação cumulativa dos seguintes requisitos:

Verificação do disposto no nº 4 do art.º 35º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com a redação dada pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril, a saber: a)- se trate de execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; b)- seja observado o limite legal da aquisição de serviços; c)- declaração de cabimento orçamental; d)- O contratado comprove ter as suas obrigações fiscais e com a segurança social regularizadas.

- Inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial/requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento carece de ser regulamentado dos termos do nº 2 do art.º 24º da Lei nº 80/2013, de 28 de novembro (regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas).
- Verificação da redução remuneratória estabelecida no art.º 33º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro.

No âmbito das autarquias locais, os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo com vista à celebração de contratos de prestações de serviços são regulados pela Portaria referida no nº 1 do art.º 6º do DL nº 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis nºs 3-B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro, a qual até à presente data ainda não foi publicada.

Por seu turno, a Portaria nº 53/2014, de 3 de março regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos contratos de prestações de serviços realizados pela administração central.

Nessa conformidade, face à ausência de regulamentação específica para as autarquias locais e atenta a imperiosa necessidade de proceder à contratação de serviços de medicina do trabalho, por forma a garantir as exigências legais relativamente à prestação dos serviços, será de aplicar a Portaria nº 53/2014, de 3 de março, por dela constarem os elementos essenciais que permitem à Câmara Municipal deliberar sobre a matéria em causa.

De acordo com o exposto e tendo em vista a contratação de um médico com especialização em medicina do trabalho, **propõe-se**, ao abrigo do nº 11 do art.º 73º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, que a Câmara Municipal de Palmela delibere emitir parecer favorável, com fundamento no seguinte:

1. O contrato a celebrar tem a duração máxima de três anos, com início após a adjudicação, cujo preço global estimado é de € 72.000,00 (setenta e dois mil euros), isento de IVA, tendo sido aplicada a respetiva taxa de redução de acordo com a fórmula prevista na al. a) do nº 1 do art.º 33º, aplicável por remissão do nº 1 do art.º 73º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, e tem por objeto a prestação de serviços de medicina no trabalho previstos no RCTFP e demais legislação especial, competindo ao adjudicatário, designadamente, a realização de exames de admissão, exames periódicos e ocasionais, visitas aos locais de trabalho quando necessário, devendo as atividades ser prestadas com uma duração mínima não inferior a doze horas semanais.
2. O adjudicatário executará os serviços com autonomia e independência técnica apresentando os resultados do seu trabalho nos prazos a estabelecer pela Divisão de Recursos Humanos e Organização, não ficando sujeito à hierarquia do serviço nem ao cumprimento de horário de trabalho, sem prejuízo do período mínimo de presença e sua comparência nas instalações da autarquia, sempre que necessário, para participar nas reuniões que se mostrem necessárias, bem como para executar trabalhos que pela sua natureza devam ser realizados nas instalações da autarquia.
3. Para a prestação dos serviços em causa, que reveste caráter urgente, excecional e duração limitada, para além de inexistirem recursos humanos internos que permitam a satisfação desta necessidade, atendendo ao período de duração do trabalho, não há possibilidade de recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público.
4. Foi consultada a Direção Geral da Qualificação dos trabalhadores em Funções Públicas (INA), enquanto entidade gestora da mobilidade especial/requalificação, tendo informado que até ao próximo dia 28 de março não emite declarações de inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para recolocação, uma vez que só nessa data entrará em vigor a Portaria nº 48/2014, de 26 de fevereiro, que regulamenta os termos e tramitação do procedimento prévio de recrutamento de pessoal em sistema de requalificação.
5. A despesa a realizar tem cabimento orçamental na rubrica 02.02/01.01.07.

6. O procedimento escolhido para a formação dos contratos é o de ajuste direto, previsto na al. a) do nº 1 do art.º 16º e na al. a) do nº 1 do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos, que se mostra ser o procedimento mais adequado pelas razões enunciadas no ponto 3 desta proposta.
7. A identificação da contraparte, prestador de serviços a convidar, é a seguinte:
 - João Paulo da Matta e Prates, contribuinte fiscal nº 102622680, residente na Rua João Villaret, lote 57, 2925-072 Azeitão.
8. O prestador de serviços comprovou ter as suas obrigações fiscais e à segurança social regularizadas.»

Sobre a proposta de *Parecer prévio vinculativo com vista à celebração de um contrato de prestação de serviços no âmbito da medicina do trabalho* numerada *DADO_DRHO 01_07-14* intervieram:

A **Sr.ª Vereadora Cristina Rodrigues** repara que a Sr.ª Vereadora Adília Candeias, ao apresentar a proposta, faz referência a que este contrato de prestação de serviços obedeceu à consulta a mais prestadores de serviços e que a presente adjudicação se prende com a proposta mais económica e vantajosa, contudo a proposta não o refere. Considera fundamental que esta questão seja esclarecida. Consta que a duração mínima de trabalho é de 12 horas / semanais, gostaria de saber se está estipulado a duração máxima de trabalho?

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** menciona que a consulta ao processo relativo à proposta em apreciação, lhe merece as seguintes considerações:

. Não existem peças procedimentais fundamentais nos termos do Código do Procedimento Administrativo. Enumera-as:

- . Caderno de encargos (é o documento que vai regular a prestação de serviços);
- . Convite endereçado ao “futuro” prestador de serviços.

. Aquando da apresentação da proposta, a Sr.ª Vereadora Adília Candeias menciona que a celebração deste contrato é urgente, porque os trabalhos neste âmbito são fundamentais para os trabalhadores. Concorde. Somente não percebe a razão pela qual o anterior médico da medicina do trabalho que estava como candidato à Câmara Municipal de Almada, e foi eleito Presidente da mesma (sendo esta uma situação que já se previa), não se tenha salvaguardado a situação com consultas a serem feitas com antecedência, de modo a que no dia 01 de março (quando este cessasse funções como médico da medicina do trabalho nesta Autarquia) houvesse um novo médico preparado para iniciar o contrato de prestação de serviços. Falta efetivamente – no processo – a perceção e a regulação daquilo que o médico de trabalho é suposto fazer, tais como: número de consultas, tipo de exames, contrapartidas que se lhe exigem, entre outras.

. Não é perceptível se o médico a quem se propõe a adjudicação desta prestação de serviços cumpre o n.º 2, do art.º 113.º, do Código dos Contratos Públicos.

. A Autarquia podia ter enveredado por um tipo de contratação em que utilizasse os critérios materiais de aquisição via ajuste direto, em que não é compaginável fazer uma consulta ao mercado a vários médicos do trabalho ou a várias empresas que fazem a prestação de serviços da medicina do trabalho. Como não seria possível fazer as especificações técnicas para essa contratação, se optassem pela contratação pelo regime material, admite que só contratassem um médico. Mas, a maioria em gestão, opta pela alínea a) do n.º 1, do art.º 20.º, que é correto e legalmente possível (e tudo é legalmente possível) em termos da consulta a uma só entidade. Não entente porque não se efetuaram consultas a mais do que uma entidade, até para haver outro tipo de propostas e, eventualmente, outro tipo de prestação de serviços, talvez até mais adequado aos serviços da Autarquia.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** termina dizendo que estas são as dúvidas que lhe suscitam esta contratação.

A **Sr.ª Vereadora Adília Candeias** esclarece que, neste caso em concreto, a Autarquia está a pedir autorização para encetar todos os procedimentos de acordo com a legislação. Se assim o entenderem, pode dar a informação com a designação das empresas consultadas e os valores obtidos com as consultas ao mercado. Adianta que se efetuou uma reunião com o médico em questão, tendo ficado assente que o número mínimo de horas de trabalho é de 12 horas / semanais, para o valor máximo é evidente que a gestão desta Câmara Municipal gostaria que fossem 24 horas / semanais.

Relativamente à observação efetuada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, de que a Autarquia podia e devia ter previsto a saída do Dr. Miguel Judas, a **Sr.ª Vereadora Adília Candeias** explica que a Câmara Municipal teve a realizar este trabalho uma médica da mesma empresa do Dr. Miguel Judas, só que não foi possível chegar a acordo com a médica em causa, daí a necessidade de cessar a prestação de serviços e encetar uma nova, mais vantajosa.

A **Sr.ª Vereadora Adília Candeias** acrescenta que os preços apresentados pelas demais empresas consultadas (para o mesmo número de horas de trabalho e tipo de trabalho) eram de:

- . Empresa Saúde e Segurança no Trabalho, Lda. - 3.887,50 euros / mensais, acrescido de IVA;
- . Central Medi – Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho - 2.640,00 euros / mensais, acrescido de IVA;
- . o Dr. João Paulo da Matta e Prates – 2.000,00 euros / mensais, isentos de IVA.

Finaliza dizendo que os procedimentos serão encetados depois da aprovação desta proposta.

Atendendo às explicações prestadas, a **Sr.ª Vereadora Cristina Rodrigues** questiona se a proposta em apreciação não é já um parecer vinculativo para a celebração do contrato de prestação de serviços com o médico, cujo nome vem expresso na mesma? Como é que se vem depois explicar que vai ser feita a consulta ao mercado?

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** pergunta se este quantitativo das 12 horas / semanais como valor mínimo de horas de trabalho que o médico tem de cumprir foi calculado em função do número de consultas anuais que devem ser feitas a trabalhadores com mais de 50 anos de idade ou se o cálculo foi feito considerando para que as consultas sejam bianuais? E se este funcionamento assegura o que é regular, deixando o valor máximo de horas para situações imponderáveis que possam surgir?

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** denota a sua opinião, dizendo que não fica convencido com as respostas dadas pela Sr.ª Vereadora Adília Candeias. E mais: confessa o seu receio de que o Tribunal de Contas leia esta ata! Não vai colocar mais questões para não criar problemas à Autarquia. Adianta apenas o seguinte: A presente proposta não é uma autorização prévia da despesa, porquanto, para tal teria de ser dada autorização à Autarquia para despende de determinado valor nos anos de 2014, 2015 e 2016. O que esta proposta estipula é um pedido de autorização para esta contratação em concreto. Sabe-se exatamente os termos em que a mesma está a ser feita, na medida em que não constam do processo peças essenciais (caderno de encargos, condições da contratação, etc.). A informação com o número de horas que a pessoa em questão vai realizar não é suficiente. É necessário saber exatamente o que a pessoa/médico vai fazer, até porque os atos médicos não pagam IVA. Se as demais empresas consultadas apresentavam o valor do IVA, isso significa que lhes foi pedido outro tipo de trabalhos além dos atos médicos, porque os atos médicos não pagam IVA.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** menciona que a proposta em análise é apresentada pela maioria em exercício (CDU) e será aprovada pela maioria. Vai votar contra, pelos motivos que expôs. Não lhe parece que esta seja a forma mais adequada de fazer uma contratação, nem de a explicar, ainda por cima para uma atividade que é fundamental para os trabalhadores da Autarquia e, neste aspeto, tem toda a razão que não haja muitas delongas na contratação no âmbito da medicina do trabalho.

A **Sr.ª Vereadora Adília Candeias** refere que a sua explicação, ou foi mal dada, ou foi mal percebida. As consultas efetuadas às empresas foram efetuadas de acordo com uma perspetiva de melhorar o trabalho: manter o projeto de saúde e segurança no trabalho. As empresas responderam da forma como antes enunciou. A conclusão a que se chegou resultou na elaboração da presente proposta.

Termina dizendo que as instituições públicas podem fazer ajustes diretos até 75 mil euros. Neste caso, o montante não ascende a 72 mil euros.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra dos Srs. Vereadores Natividade Coelho, Pedro Taleço, Cristina Baptista Rodrigues e Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta. A Sr.ª Vereadora Natividade Coelho apresenta, em nome dos Srs. Vereadores do PS, declaração de voto.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS SRS. VEREADORES DO PS:

"Por sistema o PS relativamente a pessoas individuais nunca votou contra nenhuma proposta, de aquisição de serviços e de prestadores de serviços, inclusivamente como podem constatar nas atas, porque achamos que qualquer maioria e qualquer pessoa tem o direito de escolher com quem trabalha e explicitar o regime de confiança e a relação de confiança e a satisfação pelo trabalho, neste caso concreto nós votamos contra porque não existe argumento que foi invocado anteriormente de conhecimento dos serviços, portanto não tivemos acesso aos elementos que a sra vereadora refere e trata-se de uma proposta que por acaso vem em nome individual mas que tem um alargamento do mercado que gostaríamos de conhecer como é que se chegou aqui, porque nós por princípio não votamos contra propostas deste tipo."

O **Sr. Presidente** expressa que há documentos no processo e a proposta é esclarecedora.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das zero horas e quinze minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e catorze, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco